

A estupidez de um confronto

De maneira leviana, sem atentar para os interesses da administração (e até mesmo para seus próprios), alguns membros do Congresso Nacional estão tratando a questão do orçamento como se fosse matéria de barganha eleitoral. O projeto de suplementação orçamentária encontra-se na ordem do dia, mas não existe quórum para votação. Antes das eleições, nem mesmo nos dias de "esforço concentrado" foi possível reunir número suficiente de deputados para dotar a administração dos recursos necessários a seu funcionamento. Apesar das ameaças que pesaram sobre a cabeça dos aposentados — não lhes seriam pagos os benefícios de setembro por falta de verba —, os deputados não se comoveram. Depois das eleições, igualmente não se consegue alcançar quórum, porque a maioria prefere ficar em seus Estados, buscando saber até que ponto o *voto em ninguém* afetou seu futuro político e uma eventual e tranqüila aposentadoria. No período autoritário, os deputados da oposição clamavam pela recuperação das prerrogativas do Congresso, uma das quais era emendar o orçamento. Reconquistando-as, não as exercitam — melhor, muitos preferem fazer delas a alavanca para apoiar barganha política com o governo depois das eleições: o orçamento em troca dos vetos à lei da Previdência Social.

Por detrás de toda essa história da não votação do orçamento — de sua suplementação, repetimos para ser mais precisos — está claro o desejo de setores da oposição de forçar o presidente da República a editar medida provisória sobre matéria orçamentária. O noticiário que publicamos dava conta

claramente disso: a representação ao Supremo Tribunal Federal — argüindo a constitucionalidade da eventual medida provisória a ser eventualmente baixada pelo presidente Collor de Mello — já está pronta!

Em breves palavras, não se vota a suplementação orçamentária; submete-se a administração (em todos os setores) à humilhação de não poder saldar contas do dia-a-dia; aceita-se até o cancelamento das passagens semanais a que os congressistas têm direito (?) para forçar o presidente a agir. A persistir a atual situação sem dúvida alguma o presidente será obrigado a adotar providências para que a administração não pare. Do ponto de vista mais genérico, o Direito Administrativo ensina que nenhuma despesa pode ser feita sem que exista verba disponível, nem pagamento algum efetuado sem que o empenho da verba respectiva tenha sido feito.

A cumprir-se à risca os preceitos legais, a administração parará em todos os setores. Não serão apenas os aposentados que deixarão de receber seus benefícios; igualmente os funcionários civis e militares não farão jus nem ao abono de 30% que lhes foi concedido porque não há previsão orçamentária para tanto. Ao presidente resta a alternativa de deixar as coisas correrem seu curso natural até que multidões se reúnam diante do Congresso e exijam que se vote o orçamento ou baixar medida provisória. Ora, no momento em que assim proceder, Collor de Mello terá dado o passo fatal que alguns desejam: a MP será inquinada de constitucionalidade e, possivelmente, o STF suspenda seus efeitos, liminarmente. Será mais uma derrota do presidente — e é isso que se busca.

Em Brasília, está-se pensando no exemplo dos Estados Unidos, onde o presidente Bush, por não haver o Congresso chegado a acordo sobre o orçamento, teve de começar a demitir funcionários e a suspender serviços *não-essenciais*. Não que não houvesse dinheiro para pagar; não havia autorização orçamentária para fazê-lo. Houve quem comentasse, em Brasília, que o presidente Bush, apesar de tudo, não usou nenhuma medida provisória. A ironia não procede por dois motivos: o primeiro, é que a regra constitucional norte-americana não prevê essa maneira de o Executivo legislar no lugar de um Congresso que se omite; em segundo lugar, porque quem a lançou se esqueceu de que menos de uma semana depois da crise havia acordo para que se votasse o orçamento norte-americano.

As lideranças oposicionistas no Congresso Nacional não se conformaram ainda com o fato de Fernando Collor de Mello ser o presidente da República. Insistem em derrotá-lo, seja no "terceiro turno" do PT, seja perante o Supremo Tribunal Federal. Para tanto, criam uma crise na administração e ensaiam tiradas de humor sobre a situação ou fazem sugestões para que o Executivo tente o expediente de atualizar monetariamente os valores originais, com o que se ganharia um mês de respiro.

Para quem mobilizou a opinião pública visando fazer com que o Congresso Nacional recuperasse as prerrogativas que lhe haviam sido retiradas pelo regime autoritário, é grave omissão recusar-se a exercer a mais importante delas, que é votar o orçamento — nem que seja com emendas para permitir obras depois das eleições!